

Segurança e Desenvolvimento

No dia 30 de Abril, teve lugar no IDN um debate **sobre o nexo Segurança – Desenvolvimento**. Esta iniciativa, organizada pelo IEEI em parceria com o IPAD e o IDN, visou promover o debate, em Portugal, sobre a interligação entre Segurança e Desenvolvimento e a implementação de uma abordagem “*Whole-of-Government*”, com especial enfoque nas questões ligadas à Reforma do Sector da Segurança e ao continente africano.

O momento deste debate foi especialmente oportuno. A Presidência Portuguesa da União Europeia, no segundo semestre de 2007, conferiu grande relevância a estas matérias: elegeu a fragilidade dos Estados como um dos temas prioritários para a actuação externa da UE e conseguiu promover a realização da primeira reunião ministerial conjunta Defesa/Desenvolvimento. As Conclusões do Conselho sobre “Resposta da UE a Situações de Fragilidade” e sobre “Segurança e Desenvolvimento”, ambas aprovadas em Novembro de 2007, vieram trazer um enquadramento importante para a actuação europeia nesta matéria. Várias iniciativas estão igualmente em curso ou em preparação: Portugal participa actualmente de forma activa nos esforços europeus de implementação de várias iniciativas de *peacebuilding* e de programas de RSS em diversos países parceiros (Guiné-Bissau e Timor, por exemplo) e encontra-se em preparação um plano nacional de interligação entre segurança e desenvolvimento.

Verifica-se uma grande evolução no plano teórico nesta matéria, uma vez que os conceitos de segurança e desenvolvimento são, actualmente, integrados em diversas acções como as missões PESD da UE, os processos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) e de Reforma do Sector de Segurança (RSS), para além dos documentos oficiais existentes, nomeadamente ao nível da União Europeia (como a revisão de 2007 da Estratégia Europeia de Segurança ou o Consenso Europeu de Desenvolvimento de 2005). É hoje amplamente reconhecido que as reformas na área da segurança apenas podem ter sucesso se os apoios ao desenvolvimento reforçarem os esforços políticos na área da segurança/defesa e vice-versa. No entanto, a prática revela ainda grandes incoerências, duplicações ou falta de trabalho conjunto entre os diversos actores – como exemplo, os processos de DDR, em que a componente de reintegração é normalmente descuidada ou implementada de uma forma não-satisfatória, quer porque existe escassez de recursos, quer porque os actores de desenvolvimento não são suficientemente envolvidos no processo. Ao nível europeu, por exemplo, isto deriva de constrangimentos institucionais fortes (I e II pilares), alguns dos quais poderão vir a ser melhorados com o Tratado de Lisboa (por exemplo, a existência de delegações conjuntas Comissão/Conselho).

No terreno, a cooperação entre diversos actores para uma maior interligação entre segurança e desenvolvimento é dificultada por diversas razões. Uma tem a ver com a procura de visibilidade e protagonismo dos doadores, o que dificulta a implementação dos “3C” (Coerência, Coordenação, Complementaridade), mesmo quando existem poucos países doadores presentes. A segunda diz respeito a falhas de planeamento à priori, que não têm em devida consideração o que cada doador se encontra a desenvolver em dado país. Um exemplo é a missão de RSS na Guiné-Bissau, existindo sobreposições das intervenções entre a missão comunitária PESD e a cooperação bilateral portuguesa. Isto significa que é necessário investir em melhorar os canais de

comunicação em Bruxelas, reforçar a participação portuguesa nos grupos de trabalho e encontrar formas de melhorar a interligação entre a esfera bilateral e multilateral.

A produção de informação e o avanço de dossiers como a divisão do trabalho no seio da UE, as parcerias da Estratégia UE-África, ou os vários grupos de acompanhamento das questões na CE e no Conselho exigem de Portugal uma actuação mais concertada, quer com os outros países, quer internamente entre os sectores. Com efeito, os progressos efectuados por Portugal no plano interno, nos últimos anos, para a existência de um apoio integrado às questões de *peacebuilding* e de desenvolvimento nos países parceiros têm sido prejudicados quer pela insuficiência de fundos, quer pela falta de uma comunicação sólida e de canais de coordenação eficazes entre as instituições governamentais (e destas com a sociedade civil). É, assim, urgente criar novos instrumentos e hábitos de coordenação inter-sectorial, de forma a promover uma acção externa mais coerente e eficaz.

Consulte aqui

[A Background Note do debate](#)

[Apresentação do Manual da OCDE sobre Reforma do Sector de Segurança](#)

Recursos úteis

[OECD-DAC Handbook on Security System Reform: Supporting Security and Justice](#)

[A Beginner's Guide to Security Sector Reform](#)

[Security Sector Reform Provisions in Peace Agreements Eboe Hutchful, African Security Sector Network, 2009](#)

[Security Sector Reform, U.S Department of State, 2009](#)

[Security Sector Reform: Potentials and Challenges for Conflict Transformation Berghof Handbook Dialogue Series n.º2](#)

[Security Sector Reform and Post-Conflict Peacebuilding Edited by Albrecht Schnabel and Hans-Georg Ehrhart, UN University Press, 2006](#)

[Whole of Government Approaches to Fragile States DAC Guidelines And Reference Series, 2006](#)

[Security Governance in Post-Conflict Peacebuilding Alan Bryden and Heiner Hänggi, DCAF, 2005](#)

[Security System Reform and Governance DAC Guidelines and Reference Series, 2005](#)

[From Policy to Practice: the OECD's Evolving Role in Security System Reform
A. Bryden, Policy paper no 22. Geneva: DCAF, 2005](#)

[Security Sector Transformation in Post Conflict Societies Cooper, N. and Pugh, M.,
Working Paper no. 5, Centre for Defence Studies, London, 2002](#)

Links

[Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces \(DCAF\)](#)

DCAF is an international foundation made up of member governments, aiming to support security sector reform and the strengthening of democratic governance of the security sector. It carries out networking activities, provides support to parliaments and produces lessons learned.

[Global Facilitation Network for Security Sector Reform \(GFN-SSR\)](#)

The GFN-SSR is a focal point for an extensive network of state and non-state actors working in security sector reform, facilitating links and building support networks enabling decision-makers, practitioners, and beneficiaries to access, share, and assess the latest theory, research, and best practice from around the world. It is funded by the UK Government's Conflict Prevention Pool (CPP), a collaborative initiative of three UK government departments: the Department for International Development (DFID), the Ministry of Defence (MOD) and the Foreign and Commonwealth Office (FCO).

[Centre for Security Sector Management, Cranfield University](#)

[African Security Sector Network](#)

The ASSN was created out of a recognition of the need to harmonise the various African organisations carrying out activities in the general area of security sector reform/transformation/governance (SSR/SST/SSG). Although there are a few organisations that work specifically in this area many operate within directly related fields, increasing the probability of effort duplication on the same matters and the relegation of other important strands of work. Also, by bringing these organisations together under an African network of networks they will be able to identify core member competencies, within a complementary and inclusive process framework.

[Human Security Report Project](#)

The HSRP's mission is to conduct research on global and regional trends in political violence, their causes and consequences and to make this research accessible to the policy and research communities, the media, educators and the interested public.